

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
NOTA À 10ª EDIÇÃO	11

Parte I

A TEORIA DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

1. O MITO DO PROCEDIMENTO UNIFORME	27
CASO	31
2. A FALSA LIGAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS À VISÃO IMANEN- TISTA DA AÇÃO	33
CASO	36
3. DIREITO AO PROCEDIMENTO ADEQUADO COMO COROLÁRIO DO DI- REITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA	37
CASO	39
4. O DIREITO AO PROCEDIMENTO ADEQUADO	41
4.1. As diversas necessidades de tutela do direito material	41
4.2. A tutela dos menos favorecidos economicamente	43
4.3. A tutela dos direitos transindividuais	44
4.4. A observância de outros valores	46
4.5. As ações constitucionais	46
CASO	48
5. DO EQUÍVOCO DO PROCEDIMENTO ÚNICO À UTOPIA DAS “TUTELAS JURISDICIONAIS DIFERENCIADAS”	49
CASO	51
6. AS REGRAS PROCESSUAIS ABERTAS E A CONSTRUÇÃO DO PROCEDI- MENTO ADEQUADO AO CASO CONCRETO	53
6.1. Regras abertas no CPC/1973	53
6.2. A flexibilização procedimental no CPC/2015. Alteração de procedimento por negócios processuais e pela iniciativa do juiz	54
CASO	55

Parte II

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

1.	O PROCESSO DE EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS.....	59
1.1.	Títulos extrajudiciais e condenação judicial. Primeiras distinções necessárias	59
1.2.	Os títulos extrajudiciais.....	63
1.2.1.	Questões prévias	63
1.2.2.	Natureza e função dos títulos executivos extrajudiciais	65
1.2.3.	Os títulos executivos no direito brasileiro	66
1.2.4.	Atributos do título executivo extrajudicial	72
1.2.5.	Títulos executivos extrajudiciais e sua conversão para títulos judiciais.....	75
1.3.	Aspectos comuns das várias modalidades de execução de títulos extrajudiciais	76
1.3.1.	Introdução	76
1.3.2.	A instauração do processo de execução	76
1.3.3.	A cumulação de ações executivas	80
1.3.4.	A disponibilidade do processo executivo	81
1.4.	Particularidades do processo de execução por quantia certa fundado em título extrajudicial	81
1.4.1.	Questões preliminares	81
1.4.2.	A fase inicial do procedimento	83
1.4.3.	A citação do executado.....	86
1.4.4.	As condutas autorizadas ao executado	88
1.4.5.	Outras particularidades da execução pecuniária de títulos extrajudiciais.....	90
1.5.	Particularidades da execução de prestações de fazer, não fazer e entregar coisa fundada em títulos extrajudiciais	91
1.5.1.	Aspectos gerais da execução de obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa.....	92
1.5.2.	Prestações de fazer	94
1.5.3.	Prestações de não fazer.....	96
1.5.4.	Prestações de entrega de coisa	97
1.6.	A execução contra a Fazenda Pública fundada em título extrajudicial.....	101
1.7.	A execução de prestação alimentícia fundada em título extrajudicial	102
1.8.	Os embargos à execução.....	105
1.8.1.	Introdução.....	105
1.8.2.	Requisitos de admissibilidade dos embargos à execução	106
1.8.3.	O efeito suspensivo dos embargos à execução	109
1.8.4.	O procedimento dos embargos à execução	111
1.8.5.	Sentença e apelação nos embargos à execução	112
1.8.6.	A impugnação de questões posteriores ao momento de oposição dos embargos à execução	113
1.8.7.	Os embargos na execução por carta	114
1.9.	A execução fiscal.....	115
1.9.1.	Considerações iniciais.....	115
1.9.2.	O título executivo na execução fiscal.....	117
1.9.3.	O início da execução fiscal.....	118

1.9.4.	Penhora, avaliação e depósito de bens.....	119
1.9.5.	A defesa do executado.....	120
1.9.6.	A satisfação do exequente	121
1.9.7.	Suspensão e extinção da execução fiscal.....	122
1.9.8.	Considerações finais	123
CASO		125
2.	A AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	127
2.1.	O direito material à consignação	127
2.2.	As hipóteses legais para a consignação	129
2.3.	A tutela jurisdicional da consignação	131
2.3.1.	Legitimidade para a consignatória	131
2.3.2.	Competência para as ações de consignação em pagamento.....	132
2.3.3.	Procedimento da consignatória	133
2.3.3.1.	A fase extrajudicial.....	133
2.3.3.2.	O procedimento judicial de consignação no regime do Código de Processo Civil.....	135
2.3.3.2.1.	A fase inicial.....	135
2.3.3.2.2.	A consignação das prestações vincendas...	136
2.3.3.2.3.	A resposta do réu.....	137
2.3.3.2.4.	A complementação do depósito no caso de consignação insuficiente	138
2.3.3.2.5.	A dúvida sobre quem possa legitimamen- te receber a prestação	139
2.3.3.2.6.	A sentença da ação de consignação em pagamento	140
2.3.3.3.	A consignação em pagamento na Lei de Locações	140
2.3.3.3.1.	A fase inicial.....	141
2.3.3.3.2.	A resposta do réu.....	141
2.3.3.3.3.	A complementação do depósito inicial ...	143
2.3.3.3.4.	A sentença da ação consignatória de locações.....	144
CASO		145
3.	A AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	147
3.1.	O dever de prestar contas e o direito de exigi-las.....	147
3.2.	A ação de prestação de contas.....	147
3.3.	O procedimento para exigir contas.....	150
3.4.	A prestação de contas exigida incidentalmente em outro processo	152
CASO		154
4.	AÇÕES POSSESSÓRIAS	155
4.1.	Considerações introdutórias	155
4.2.	As ações possessórias clássicas, a ação de imissão de posse e a ação reivindicatória ...	156
4.3.	A fungibilidade da proteção possessória	157
4.4.	Cumulação de pedidos em tutela possessória	157

4.5.	Duplicidade da demanda possessória e cumulabilidade de demandas na defesa	159
4.6.	Reserva de cognição no processo possessório	159
4.7.	Ação de força velha e ação de força nova.....	161
4.8.	Proteção possessória provisória e caução	163
4.9.	As ações de manutenção e de reintegração de posse.....	164
4.9.1.	Legitimidade para a ação de manutenção e reintegração de posse.....	164
4.9.2.	O interesse jurídico na proteção possessória	165
4.9.3.	O caso peculiar do contrato de <i>leasing</i>	167
4.9.4.	A <i>causa petendi</i> das ações possessórias	168
4.9.5.	Procedimento das ações de manutenção e reintegração de posse.....	170
4.10.	O interdito proibitório	173
4.10.1.	Procedimento do interdito proibitório.....	173
4.11.	Ações possessórias e conflitos coletivos sobre imóveis	174
4.11.1.	A citação dos réus na demanda possessória coletiva	174
4.11.2.	A liminar nas demandas possessórias coletivas de força velha	176
4.11.3.	A efetivação da decisão nas ações possessórias coletivas	177
CASO		178
5.	AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE	179
5.1.	Considerações preliminares	179
5.2.	Objeto da ação de dissolução parcial de sociedade	181
5.3.	Partes da ação de dissolução parcial de sociedade	181
5.4.	Procedimento	184
CASO		187
6.	INVENTÁRIO, ARROLAMENTO E PARTILHA.....	189
6.1.	Considerações introdutórias	189
6.2.	Inventário negativo	190
6.3.	O inventário	190
6.3.1.	Competência para o inventário	192
6.3.2.	Legitimação para o inventário.....	192
6.3.3.	O inventariante e o administrador provisório	193
6.3.4.	Cumulação de ações no inventário	195
6.3.5.	Procedimento do inventário.....	195
6.3.5.1.	As primeiras declarações.....	196
6.3.5.2.	As citações e manifestações sobre as primeiras declarações	197
6.3.5.3.	O herdeiro preterido.....	198
6.3.5.4.	As colações	198
6.3.5.5.	Sonegação	199
6.3.5.6.	Repercussões fiscais e avaliação do espólio	200
6.3.5.7.	O pagamento de dívidas	201
6.4.	Partilha.....	202
6.4.1.	Procedimento da partilha judicial.....	203
6.4.2.	Desfazimento da partilha	205
6.5.	Arrolamento	206

6.5.1.	O arrolamento sumário	206
6.5.2.	O arrolamento comum.....	207
6.6.	Medidas assecuratórias e satisfativas de urgência em inventário e arrolamento	208
6.7.	Sobrepilha.....	208
6.8.	Inventário extrajudicial	209
CASO		210
7.	EMBARGOS DE TERCEIROS	211
7.1.	Observações introdutórias	211
7.2.	Natureza dos embargos de terceiro.....	212
7.3.	Cabimento e conteúdo.....	212
7.4.	Legitimidade	213
7.5.	Prazo	214
7.6.	Competência	216
7.7.	Procedimento	216
7.8.	Os embargos de terceiro fundados em garantia real	219
CASO		220
8.	OPOSIÇÃO	221
8.1.	Considerações gerais.....	221
8.2.	Requisitos.....	222
8.3.	Procedimento	222
CASO		225
9.	AÇÃO MONITÓRIA	227
9.1.	Considerações preliminares	227
9.2.	Cabimento	227
9.3.	Legitimidade para a ação monitória	228
9.4.	O requisito da prova escrita da obrigação	229
9.5.	Prova escrita para a admissibilidade da ação monitória e prova suficiente para a improcedência dos embargos	231
9.6.	Competência para a ação monitória	232
9.7.	Procedimento da ação monitória.....	232
9.7.1.	O mandado monitório e a citação do réu	232
9.7.2.	As atitudes do réu	234
9.7.3.	O cumprimento espontâneo da prestação.....	234
9.7.4.	Os embargos à ação monitória	235
9.7.5.	Outras respostas do réu na ação monitória	236
9.7.6.	Antecipação de tutela na ação monitória	237
9.7.7.	Sequência do procedimento no caso de apresentação dos embargos à monitória.....	238
9.7.8.	Execução imediata no caso de improcedência dos embargos ao mandado.....	238
9.7.9.	Sequência do procedimento no caso de não apresentação dos embargos à monitória	239

9.7.10.	Fase executiva e nova defesa do requerido.....	239
9.8.	Ação monitória proposta contra a Fazenda Pública.....	240
CASO		241
10.	HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL	243
10.1.	Questões introdutórias.....	243
10.2.	O penhor legal	243
10.3.	Procedimento da homologação judicial.....	245
10.4.	A homologação extrajudicial de penhor legal	247
CASO		249
11.	PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES	251
11.1.	Noções preliminares.....	251
11.2.	Condições de admissibilidade	252
11.3.	Procedimento	253
CASO		255
12.	USUCAPIÃO	257
12.1.	O direito à usucapião.....	257
12.2.	Requisitos para a usucapião.....	258
12.3.	A ação de usucapião no CPC de 2015	259
12.3.1.	Legitimidade	260
12.3.2.	Competência	261
12.3.3.	Procedimento da usucapião.....	261
12.3.4.	O procedimento da usucapião especial de imóveis rurais	263
12.4.	O requerimento extrajudicial de usucapião.....	264

Parte III

ALGUNS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

1.	AÇÃO DE DESPEJO	269
1.1.	Observações introdutórias	269
1.2.	A ação de despejo.....	270
1.2.1.	Competência	271
1.2.2.	Legitimidade	271
1.2.3.	Procedimento	272
1.2.3.1.	A liminar em ação de despejo.....	273
1.2.3.2.	A resposta do réu em ação de despejo.....	274
1.2.3.3.	O despejo por falta de pagamento de aluguéis	275
1.2.4.	Sentença, efetivação e recursos	277
CASO		279

2.	AÇÃO DISCRIMINATÓRIA.....	281
2.1.	Introdução.....	281
2.2.	Terras devolutas.....	281
2.3.	Discriminação das terras devolutas.....	283
2.3.1.	A discriminação na via administrativa.....	284
2.3.2.	A ação discriminatória.....	286
CASO.....		291

Parte IV

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

1.	TEORIA GERAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS.....	295
1.1.	Filosofia dos Juizados Especiais Cíveis.....	295
1.2.	Princípios fundamentais.....	296
1.2.1.	Oralidade.....	297
1.2.2.	Simplicidade.....	298
1.2.3.	Informalidade.....	298
1.2.4.	Economia processual.....	299
1.2.5.	Celeridade.....	300
CASO.....		301
2.	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS.....	303
2.1.	Introdução.....	303
2.2.	Competência.....	303
2.3.	Da conciliação e da arbitragem.....	307
2.4.	Capacidade para atuar no Juizado Estadual.....	308
2.4.1.	A capacidade genérica.....	308
2.4.2.	A capacidade para ser autor.....	308
2.4.3.	Capacidade postulatória.....	309
2.5.	Procedimento diferenciado.....	310
2.6.	Recursos e meios de impugnação.....	314
2.7.	Os Juizados Especiais Estaduais da Fazenda Pública.....	316
CASO.....		318
3.	JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.....	319
3.1.	Generalidades e noções fundamentais.....	319
3.2.	Capacidade processual para os Juizados Federais.....	320
3.3.	Competência.....	322
3.4.	O procedimento.....	324
3.5.	Arbitragem e Juizado Especial Federal.....	325
3.6.	Os recursos nos Juizados Especiais Federais.....	325
3.7.	A atuação dos provimentos emanados dos Juizados Especiais Federais.....	328
CASO.....		330

Parte V
AS AÇÕES CONSTITUCIONAIS

1.	MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO.....	333
1.1.	Rápida evolução do instituto nas Constituições brasileiras	333
1.2.	O direito à tutela jurisdicional adequada e o mandado de segurança	334
1.3.	Perfil constitucional do mandado de segurança	335
1.4.	A estrutura infraconstitucional do mandado de segurança	337
1.4.1.	Mandado de segurança preventivo e repressivo	337
1.4.2.	Prazo para a impetração	338
1.4.3.	Legitimação.....	340
1.4.4.	Competência	344
1.4.5.	Interesse processual.....	345
1.4.6.	Mandado de segurança contra ato judicial.....	346
1.4.7.	Procedimento	348
1.4.7.1.	A medida liminar.....	349
1.4.7.2.	As informações da autoridade coatora	352
1.4.7.3.	A sequência do procedimento.....	354
1.4.8.	Sentença	355
1.4.9.	Recursos	358
1.4.10.	Coisa julgada	361
1.5.	O mandado de segurança coletivo e seu desenho constitucional	362
1.6.	A disciplina infraconstitucional do mandado de segurança coletivo.....	363
1.6.1.	A legitimação para o mandado de segurança coletivo	364
1.6.2.	Objeto do mandado de segurança coletivo	365
1.6.3.	Procedimento	365
1.6.4.	Coisa julgada e litispendência em mandado de segurança coletivo.....	366
	CASO.....	368
2.	<i>HABEAS DATA</i>	369
2.1.	Questões preliminares	369
2.2.	Pedido administrativo de informações e retificações.....	370
2.3.	Competência para o <i>habeas data</i>	371
2.4.	Procedimento	372
2.5.	O pedido de suspensão da decisão em <i>habeas data</i>	375
	CASO.....	376
3.	AÇÃO POPULAR	377
3.1.	As ações coletivas como garantia constitucional	377
3.2.	Conformação e limitações do direito à tutela coletiva pelo direito infraconstitucional.....	379
3.3.	O desenho constitucional da ação popular.....	380
3.3.1.	Extensão da proteção no nível constitucional	381
3.3.2.	Legitimidade	383
3.4.	O tratamento infraconstitucional da ação popular.....	384

3.4.1.	Competência	386
3.4.2.	Legitimidade passiva e assistência	387
3.4.3.	Procedimento	388
3.4.4.	A sentença	389
3.4.5.	Os recursos	390
3.4.6.	A coisa julgada	391
3.4.7.	O cumprimento da sentença em ação popular	392
CASO		394
4.	MANDADO DE INJUNÇÃO	395
4.1.	Primeiras considerações	395
4.2.	História do mandado de injunção no STF	396
4.3.	Escopo do mandado de injunção	403
4.4.	Natureza mandamental?	405
4.5.	Legitimidade	408
4.6.	Medida liminar	410
4.7.	Pressupostos para a concessão do mandado de injunção	413
4.7.1.	Dever de legislar	413
4.7.2.	Mora do legislador	414
4.7.3.	Norma insuficiente e omissão parcial	417
4.7.4.	Norma não autoaplicável	418
4.7.5.	Norma recepcionada pela Constituição, edição superveniente da norma e encaminhamento de projeto de lei	419
4.8.	Coisa julgada nos mandados de injunção individual e coletivo	420
4.9.	Revisão da decisão? A questão dos efeitos temporais da coisa julgada	421
4.10.	Retroatividade apenas para beneficiar	421
4.11.	Eficácia “natural” da coisa julgada	422
4.12.	Eficácia dos precedentes	422
4.13.	O mandado de injunção diante da possibilidade de a falta de lei ser suprida no caso conflitivo concreto	423
4.14.	Procedimento do mandado de injunção	426
CASO		428

Parte VI

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

1.	FILOSOFIA DAS AÇÕES COLETIVAS	431
CASO		433
2.	SISTEMA LEGAL PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	435
CASO		441

3.	LEGITIMIDADE PARA A PROTEÇÃO JUDICIAL DOS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS POR MEIO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	443
3.1.	O sistema positivo brasileiro	443
3.2.	O reflexo do sistema de legitimação na realidade.....	447
	CASO.....	450
4.	A AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS E DIFUSOS	451
4.1.	Considerações gerais.....	451
4.2.	Tutelas e sentença na ação para a proteção de direitos difusos e coletivos	454
4.3.	Efetivação das sentenças que tutelam direitos difusos e coletivos.....	455
	CASO.....	458
5.	A AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.....	459
5.1.	Considerações gerais.....	459
5.2.	Procedimento da ação ressarcitória de danos a direitos individuais homogêneos	466
5.3.	Sentença de condenação genérica	467
5.4.	Liquidação.....	469
5.5.	Execução	472
5.6.	Ação coletiva inibitória contra o uso de cláusulas gerais abusivas	474
	CASO.....	476
6.	COISA JULGADA, LITISPENDÊNCIA E CONEXÃO NAS AÇÕES COLETIVAS	477
6.1.	A coisa julgada nas ações coletivas.....	477
6.2.	O art. 16 da LACP e a coisa julgada sobre ações que discutem direitos individuais homogêneos	481
6.3.	A litispendência em relação aos processos coletivos	485
6.4.	Conexão nas ações coletivas	487
	CASO.....	489
7.	PROCESSOS COLETIVOS ESTRUTURAIS	491
7.1.	Primeiras observações.....	491
7.2.	Noções gerais de processo estrutural	492
7.3.	Requisitos e limites da atuação estrutural	495
7.4.	Processos estruturais no Brasil	502
7.5.	O futuro do processo estrutural.....	505
	CASO.....	507

Parte VII
O PROCEDIMENTO ARBITRAL

1.	A ARBITRAGEM E A SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	511
1.1.	A filosofia da arbitragem.....	511
1.2.	O caráter não jurisdicional da arbitragem.....	512
2.	SUJEITOS E OBJETO DA ARBITRAGEM.....	517
2.1.	As partes e o objeto da arbitragem.....	517
2.2.	O árbitro.....	519
3.	A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	521
4.	O PROCEDIMENTO DA ARBITRAGEM.....	525
4.1.	Questões gerais.....	525
4.2.	Medidas de urgência em arbitragem	529
4.3.	A carta arbitral.....	533
5.	A SENTENÇA ARBITRAL.....	535
6.	NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL.....	539
7.	A EFETIVAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL.....	541
8.	SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS	543
	CASO.....	546
	SOLUÇÕES DOS CASOS	
	CASOS DA PARTE I.....	547
	Capítulo 1	547
	Capítulo 2	547
	Capítulo 3	547
	Capítulo 4	548
	Capítulo 5	548
	Capítulo 6	548
	CASOS DA PARTE II	549
	Capítulo 1	549
	Capítulo 2	549
	Capítulo 3	549
	Capítulo 4	550
	Capítulo 5	550
	Capítulo 6	551
	Capítulo 7	551
	Capítulo 8	552
	Capítulo 9	552
	Capítulo 10.....	553
	Capítulo 11	553

CASOS DA PARTE III.....	554
Capítulo 1	554
Capítulo 2	555
CASOS DA PARTE IV	556
Capítulo 1	556
Capítulo 2	556
Capítulo 3	556
CASOS DA PARTE V	557
Capítulo 1	557
Capítulo 2	557
Capítulo 3	558
Capítulo 4	558
CASOS DA PARTE VI.....	559
Capítulo 1	559
Capítulo 2	559
Capítulo 3	559
Capítulo 4	560
Capítulo 5	560
Capítulo 6	560
Capítulo 7	561
CASO DA PARTE VII.....	561
Capítulo 8	561
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	563